

Itamarati classifica de vitória adiamento de sanções pelos EUA

BRASILIA — O Itamarati classificou como uma vitória da diplomacia brasileira o adiamento pelos Estados Unidos da decisão sobre retaliações comerciais contra o Brasil. Advertiu porém que, se não houver a suspensão do veto à comercialização do programa da Microsoft, ou uma explicação técnica convincente, a ameaça poderá se concretizar.

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, classificou o adiamento como "uma decisão simpática ao Brasil, que abre espaço para o diálogo". Ele considerou que a carta do secretário-geral do Itamarati, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, ao representante comercial de Casa Branca, Clayton Yeutter, foi fundamental para que os norte-americanos adiassem a decisão de retaliação. Na carta, o embaixador pondera que a legislação brasileira prevê recursos jurídicos para se questionar a decisão da SEI.

Na semana passada, algumas empresas brasileiras interessadas em adquirir o programa MS-DOS da Microsoft anunciaram a decisão de recorrer ao Conselho Nacional de Informática (Conin) contra a decisão da SEI. Foi esta brecha o principal argumento da diplomacia brasileira para convencer os norte-americanos a não partirem para uma solução tão drástica quanto a retaliação comercial. O Itamarati procurou mostrar aos Estados Unidos que existem caminhos específicos para se resolver o problema. Ontem, o ministro Sodré dizia que com isso "foi ganho um espaço que conspira favoravelmente para o entendimento".

A carta de Paulo Tarso foi enviada na quinta-feira, depois de uma reunião entre diplomatas brasileiros e norte-americanos, em que estes reclamavam da "falta de transparência" das decisões da SEI. A expectativa dentro do Itamarati é que, com o adiamento da decisão sobre as retaliações, seja possível algum entendimento que implique num esclarecimento objetivo da SEI sobre a aplicação do Ato Normativo nº 22. Este ato prevê os casos em que a importação de *software* (programa) pode ser feita. Para os norte-americanos, a SEI dá uma interpretação pouco clara a esta legislação.

Diplomatas que lidam com a questão entendem que pelo menos nos próximos 15 dias ele ficará em suspenso. Depois, tudo dependerá do recurso anunciado pelas empresas brasileiras interessadas em adquirir o MS-DOS.